

RELA- TÓRIO ANUAL

 **SICOOB**
Do Vale

2018

RELA- TÓRIO ANUAL

2018

SUMÁRIO

Dados Cadastrais.....	05
Palavra do Presidente.....	06
Indicadores.....	09
Demonstrações Contábeis.....	15
Balanços Patrimoniais	16
Demonstrações de Sobras ou Perdas	18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	19
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	21
Notas Explicativas.....	22
Relatório da Auditoria Externa.....	44
Parecer do Conselho	48

DADOS CADASTRAIS

Denominação Social: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rubiataba e Região Ltda.

Nome Comercial: Sicoob do Vale

Autorização de Funcionamento BACEN: 93002929/78

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vanderval José Ribeiro

Presidente

Wilson Martins de Oliveira

Vice-Presidente

Adelmo Pinheiro da Costa

Enival Luiz de Queiroz

Helio Pedro da Silva

Leonardo Marçal Nogueira

Luis Antônio Rodrigues

Pedro Barbosa de Oliveira

Zita Pires de Andrade

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Antônio Carlos Sobrinho

Neilson Rogério dos Reis

Walmir Gonçalves

Suplentes

Agnaldo Inácio Pereira

Cleone da Cunha Ferreira

Deusimar Mateus de Faria

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Cláudia C. Ferreira de Castro

Diretora Suporte Organizacional

Eliel Brito da Silva Junior

Diretor Negócios

PALAVRA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi o ano da consolidação da estrutura organizacional da nossa Sicoob do Vale. Atingimos a maturidade administrativa que projetamos nos anos anteriores. Planejamento estratégico, dando norte a continuidade da nossa entidade, contratação de quadros que somaram significativamente para profissionalização de nossa cooperativa. Junto a estas providências, conseguimos realizar o sonho de termos nossa unidade administrativa. Isto concretiza a estruturação de um ambiente capaz de dar condições de trabalho aos nossos colaboradores da retaguarda. Em função disto, melhoramos nossa prestação de serviços em prol de nossos PA's.

Conseguimos de forma exemplar, oferecer cursos de formação e informação a nossos conselheiros e colaboradores, cumprindo com rigor o princípio da educação e formação de nossa gente. No que diz respeito ao sétimo princípio que fala do nosso compromisso de estarmos integrados às necessidades e anseios das comunidades onde atuamos, realizamos eventos de primeira grandeza. Estamos atuando de forma decisiva frente à necessidade de algumas cidades que não contam com agentes financeiros. Faina é sucesso!!! São Luís do e vê sua demanda sendo realizada, dando contrapartida à altura que esperávamos. E assim, muitos outros municípios reivindicam de nós um PÁ. Sob análise de

nossos diretores, levantamos de forma absolutamente profissional, a viabilidade de ampliarmos nossas atuações.

A abertura de Jussara foi feito muito importante para nossa cooperativa. Dando estrutura sócio econômica a nossa cooperativa. Nosso planejamento estratégico foi realinhando dando ao conselho e diretorias a tranquilidade necessária para darmos continuidade aos trabalhos de sucesso que alcançamos nos últimos dois anos, frutos da determinação de todos nós.

Produtos e serviços estão dando sustentabilidade às nossas receitas, oportunizando baixa de taxas, atendendo nossos associados de forma satisfatória. Atingimos um percentual de 80% da folha, sendo paga por produtos e serviços, bem como já atingimos 36% do custo fixo. Isto alcançado pela dedicação decisiva de nossos diretores, e principalmente pela dedicação extrema de nossos gerentes e demais colaboradores. Posso dizer que hoje temos uma equipe comprometida e competente realizando as determinações do nosso conselho, e direcionadas por nossos diretores. A governança veio para permitir realizações amplas, eficientes em favor de nossa cooperativa.

Nossa evolução é evidente, perceptível aos olhos de nossos associados e das sociedades onde atuamos. Nossa Central refez-se de forma democrática, consistente, madura, conquistan-

do sua continuidade com muita competência. Estamos com todos nossos índices devidamente enquadrados. Conseguimos manter nossa participação societária junto ao Bancoob, o que nos permitirá uma excelente participação nos resultados daquele banco cooperativo. Nesta hora, lançamos a campanha de capitalização das cooperativas do sistema Sicoob Goiás/ Tocantins. Estaremos capitalizando nossas cooperativas em 100 milhões. Nossa cooperativa tem como meta 5 milhões. Isto nos dará estrutura financeira para o crescimento que estamos alcançando há alguns anos.

Estamos trabalhando a possibilidade de nos juntarmos a outras cooperativas, buscando escala, sustentabilidade e garantia de continuidade. O sistema Sicoob cresce a passos largos.

Atingimos 2.910 pontos de atendimento, 4.4 milhões de cooperados, 910 correspondentes, 450 cooperativas singulares, 41.2 mil dirigentes e funcionários. Já somos a 41 (quadragésima primeiro maior grupo empresarial do país. Abrimos 244 novos PA's em 2018. No mundo somos 2,6 milhões de cooperativas, 1 bilhão de pessoas, somos a sexta maior economia do mundo.

2019 será o ano da nossa autoafirmação como uma cooperativa sustentável, equilibrada, onde estaremos ampliando nossas ações, multiplicando nossa base de cooperados, buscando um resultado econômico, financeiro, social, sobre tudo, garantindo a continuidade de nossa cooperativa. O governo federal sinaliza para a estabilidade da economia, buscando di-

minuir custos, estabilidade e controle da inflação. Isto nos dá oportunidade de planejarmos nosso futuro com segurança. O Banco Central regulamenta normas e leis que determinam os caminhos que devemos seguir, punindo tempestivamente aqueles que fogem de cumpri-las. O sistema financeiro do Brasil se protege, blindando de forma exemplar nossa economia. Temos hoje um dos melhores sistemas financeiros do mundo. A todos, o meu muito obrigado por fazerem parte de nossa cooperativa e do

Sicoob, o maior e melhor sistema de crédito cooperativo do Brasil. Muito obrigado!!!

Taquaral vem como um presente para nossas pretensões de fomentar agências voltadas para a realidade virtual. Um desafio inovador nos incluindo no mundo da

tecnologia. Podemos nos sentir privilegiados, uma vez que hoje temos mais de uma dezena de municípios pleiteando um PÁ do Sicoob do Vale. Somos referência!!! Muitas cooperativas têm nos procurado para conhecerem nossas práticas inovadoras. E nós de forma democrática e cordial temos contribuído para o crescimento do Sistema. A Interoperação é um princípio que mostra o quanto conhecemos cooperativismo. Nossa prática nos credencia frente o sistema é a sociedade. O lastro de nossa expansão faz de nós verdadeiros doutrinadores do verdadeiro cooperativismo...Temos contribuído para a evolução de alguns municípios, não só no ramo crédito, mas em outros ramos igualmente importantes para a sustentabilidade regional.

Quero agradecer de forma respeitosa e com carinho o companheirismo do meu vice pre-

“2019 SERÁ O ANO DA NOSSA AUTOAFIRMAÇÃO COMO UMA COOPERATIVA SUSTENTÁVEL”

sidente Wilson Martins, parceiro decisivo em nossas ações e trabalhos primordiais para cooperativa. Com seriedade e comprometimento tem realizado um grande serviço, dignificando o cargo do qual têm exercido. Ao conselho administração, o meu respeito pela brilhante atuação de todos. Onde as diferenças de ideias tem proporcionado grande crescimento da cooperativa.

Democratizar e respeitar ideias traz a canalização de forças direcionadas para um mesmo fim. Aos colaboradores a minha gratidão pelo desempenho alcançado. O sucesso é fruto do trabalho de uma equipe que busca superar metas, e construir uma cooperativa forte, referencial, um ambiente bom de se estar trabalhando.

Ao conselho fiscal a certeza de práticas cabíveis dentro de suas obrigações estatutárias, não extrapolando suas atribuições tão importantes, como olhos abertos em favor do cooperado, buscando cada vez mais a importância de conhecer o sistema, para a produção de relatórios voltados para os interesses exclusivos das boas práticas. Muito obrigado pelo desempenho. Aos delegados representantes legais de nossos PA's o nosso reconhecimento pelos serviços prestados a nossa cooperativa.

A mão de Deus tem imperado sobre nós, tornando possível nossos sonhos, buscas, evolução, alcançando objetivos de grandiosidade, numa demonstração clara da boa fé e do respeito que temos pela nossa querida Sicoob do Vale.

Não poderia deixar de dizer do crescimento na representatividade junto aos órgãos superiores do nosso Sistema. Consegui me eleger vice-presidente do Sistema Sicoob Goiás/Tocantins, com assento no Sicoob Confederação, como representante da nossa Central. Agradeço está

oportunidade aos associados que permitiram a minha presença frente ao nosso conselho.

A abertura de nossos PA's, foram fundamentais para nossa sobrevivência!!! O aumento da base de cooperados nos permite um crescimento contínuo, a ainda a pulverização de nossos recursos. Assim, podemos desempenhar um papel social salutar nas regiões onde atuamos. Conseguimos diminuir a concentração de recursos nas mãos de poucos, dando maior segurança às nossas operações de crédito. Nossa inadimplência e provisionamentos mais controlados. A capitalização entre novos cooperados, nos permite uma segurança de continuidade da cooperativa, não perdendo a importância daqueles que contribuem ao longo de nossa história.

O Brasil se regenera, se reedifica. A nação acredita em dias melhores, renasce em todos a esperança de um projeto Brasil para todos. Assim temos construído com apoio do nosso conselho e colaboradores, uma cooperativa para todos.

Não poderia deixar de dizer do crescimento na representatividade junto aos órgãos representativos do nosso sistema. Consegui me eleger você presidente do sistema Goiás/ Tocantins, com assento na confederação Sicoob, como representante de Nossa Central. Agradeço está oportunidade aos associados que permitiram a minha presença frente ao nosso conselho.

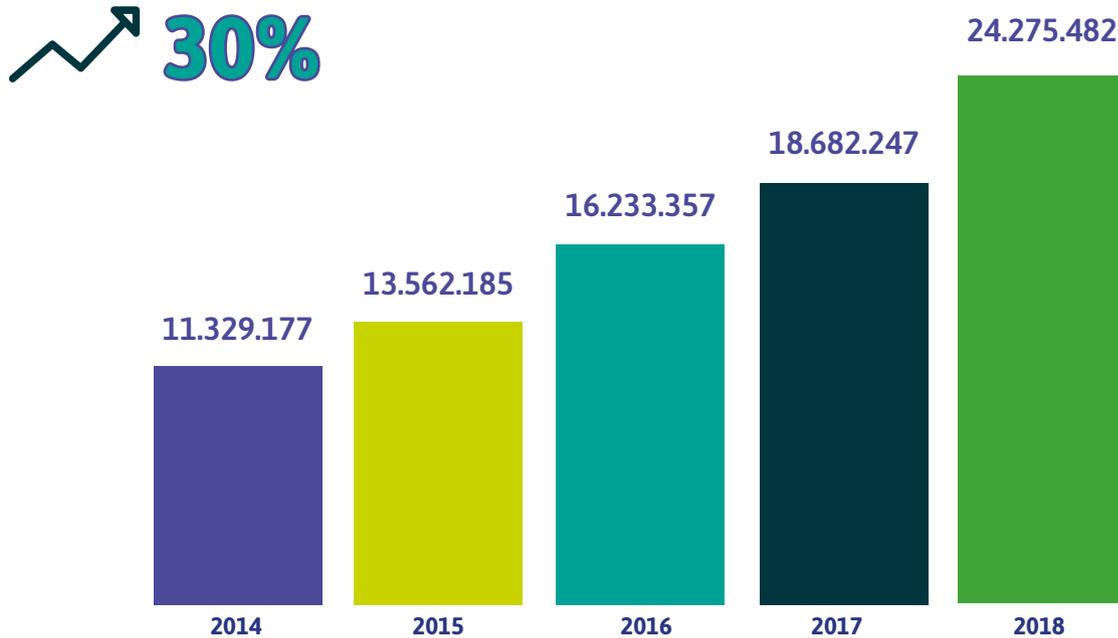
Vanderval José Ribeiro

Presidente do Conselho de Administração

INDICADORES

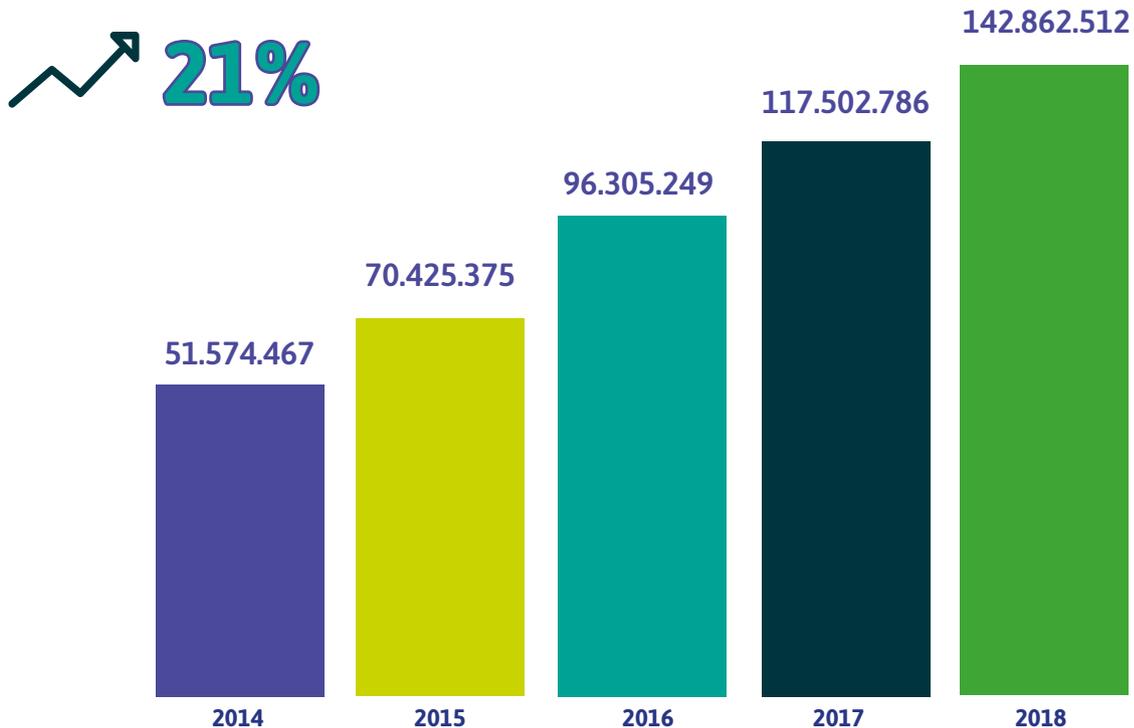
CAPITAL SOCIAL

O Capital Social refere-se aos investimentos feito pelos associados no Sicoob do Vale, o que lhe permite usufruir dos produtos e serviços oferecidos com condições melhores. Em 2018 esse montante totalizou um crescimento de 30%, com mais de R\$ 24 milhões.



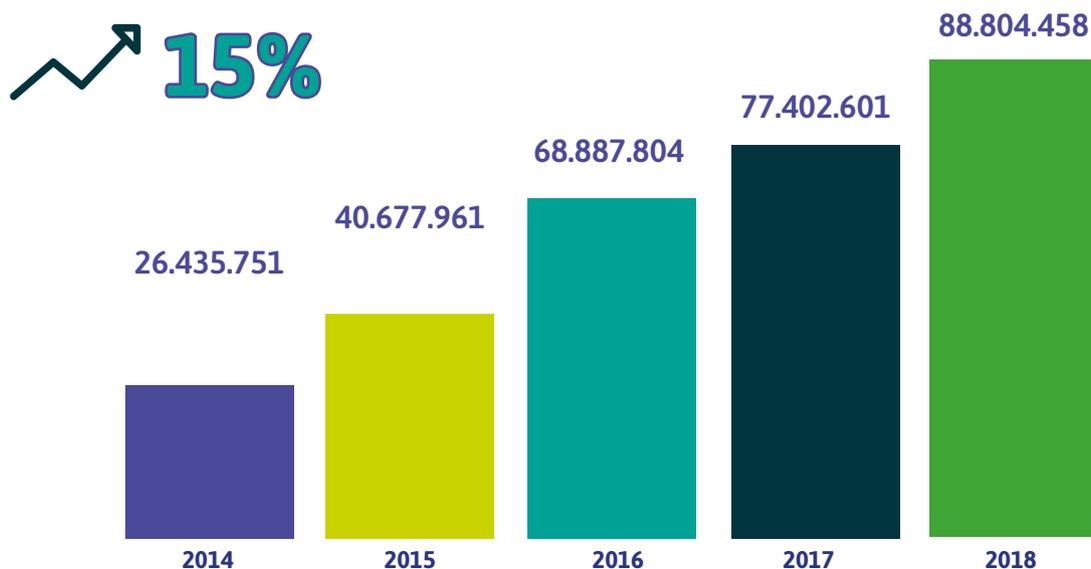
ATIVOS

Os Ativos do Sicoob do Vale atingiram a marca de 21,5% de crescimento, em 2018. Alcançando o montante de mais de R\$ 142 milhões.



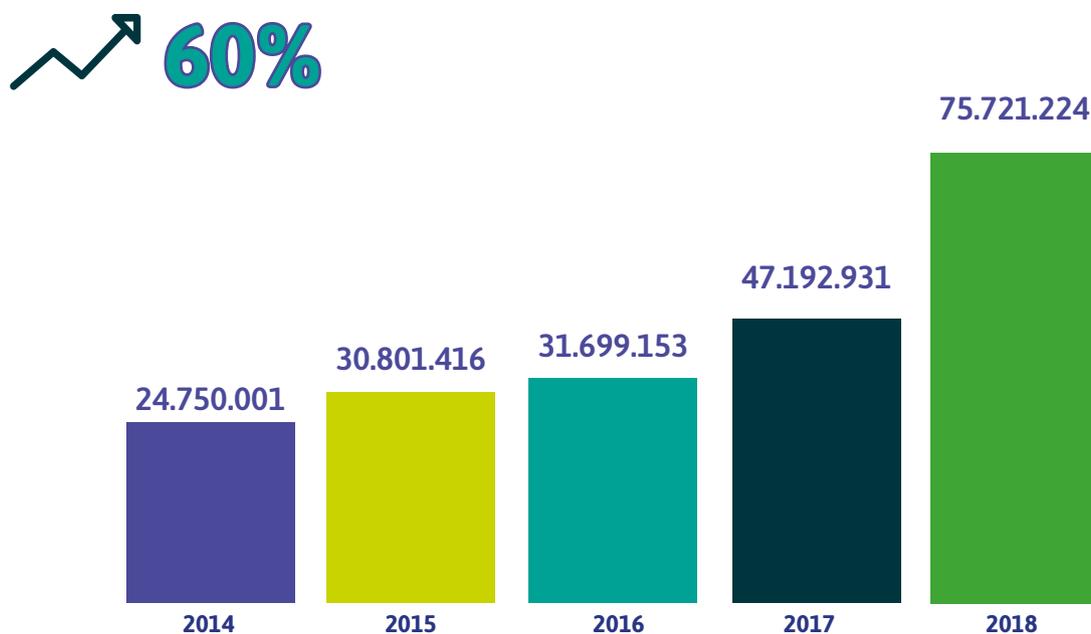
DEPÓSITOS TOTAIS

Em 2018 a cooperativa elevou em 15% os Depósitos Totais em relação ao exercício anterior, alcançando a marca de quase R\$ 88,8 milhões. Um crescimento significativo para o momento econômico que o país enfrentou nos últimos anos.



OPERAÇÕES DE CRÉDITO

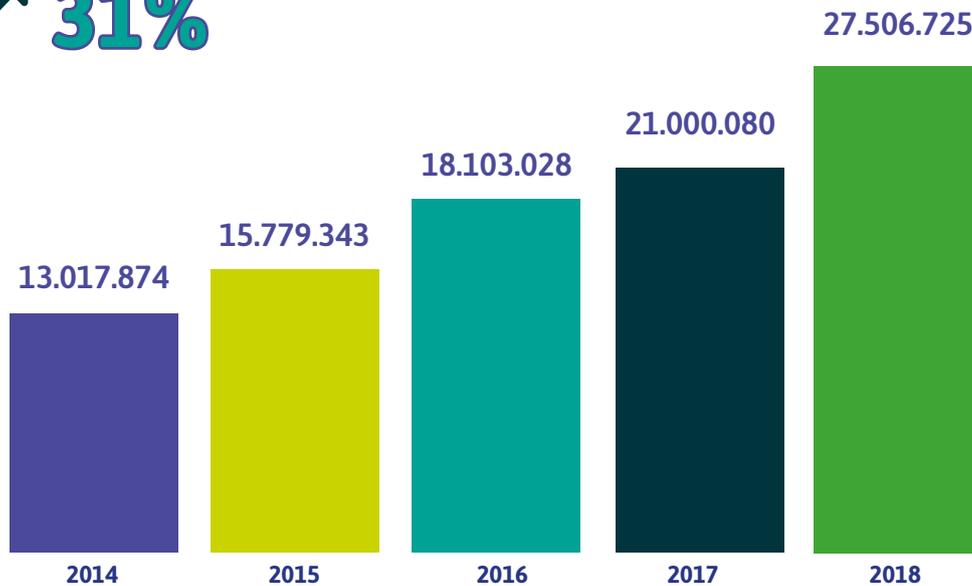
As Operações de Crédito atingiram mais de R\$ 75 milhões, em 2018. O que representa um crescimento de 60%, em relação ao exercício anterior. Esses foram todos os financiamentos, empréstimos e descontos de títulos feitos pela cooperativa aos seus associados.



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa o volume de recursos financeiros próprios disponíveis para atender às necessidades de crédito dos associados e para o desenvolvimento da cooperativa. Em 2018, o PL da totalizou R\$ 27 milhões, isto representa um incremento de 31%.

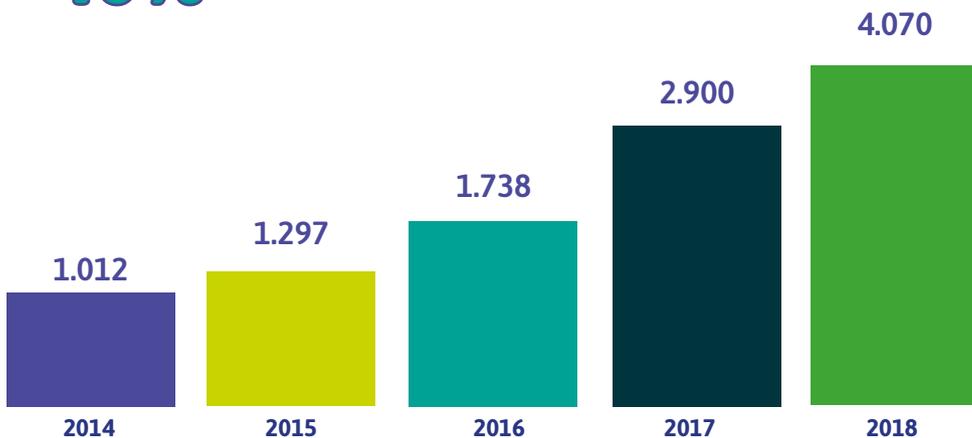
 **31%**



ASSOCIADOS

Entre os anos de 2017 e 2018 o número de associados do Sicoob do Vale evoluiu 40%, passando de 2.900 para 4.070.

 **40%**





**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		95.940.093	87.577.514
Disponibilidades		3.540.933	1.389.804
Relações Interfinanceiras		49.075.628	58.563.356
Centralização Financeira - Cooperativas		49.075.628	58.563.356
Operações de Crédito		42.684.538	25.483.035
Operações de Crédito		44.729.179	25.974.426
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.044.642)	(491.391)
Outros Créditos		392.624	1.965.907
Rendas a Receber		13.349	10.818
Diversos		379.275	1.955.089
Outros Valores e Bens		246.371	175.411
Outros Valores e Bens		58.808	140.822
Despesas Antecipadas		187.563	34.588
Não Circulante		46.922.419	29.925.272
Realizável a Longo Prazo		33.252.228	21.925.438
Operações de Crédito		33.036.687	21.709.897
Operações de Crédito		33.649.491	22.128.529
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(612.805)	(418.633)
Outros Créditos		215.541	215.541
Diversos		215.541	215.541
Permanente		13.670.191	7.999.834
Investimentos		8.183.930	5.919.197
Outros Investimentos		8.183.930	5.919.197
Imobilizado em Uso		3.314.217	1.776.030
Outras Imobilizações de Uso		4.589.232	2.761.111
(Depreciações Acumuladas)		(1.275.015)	(985.080)
Intangível	-	2.172.045	304.607
Ativos Intangíveis		2.457.882	493.989
(Amortização Acumulada)		(285.837)	(189.382)
TOTAL DO ATIVO		142.862.512	117.502.786

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vanderval José Ribeiro
Presidente

Carlos Ferreira de Melo
Contador CRC 016013

Wilson Martins de Oliveira
Vice Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017

PASSIVO	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		115.267.014	96.271.047
Depósitos		82.156.159	77.402.601
Depósitos à Vista		35.563.851	29.639.442
Depósitos a Prazo		46.592.308	47.763.159
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		5.636.212	4.216.358
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		5.636.212	4.216.358
Relações Interfinanceiras		22.867.116	10.910.243
Repases Interfinanceiros		22.867.116	10.910.243
Relações Interdependências		1.615.015	951.000
Recursos em Trânsito de Terceiros		1.615.015	951.000
Outras Obrigações		2.992.513	2.790.845
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		25.378	13.417
Sociais e Estatutárias		437.104	374.695
Fiscais e Previdenciárias		251.573	257.688
Diversas		2.278.458	2.145.045
Exigível a Longo Prazo		231.659	231.659
Outras Obrigações		231.659	231.659
Diversas		231.659	231.659
Patrimônio Líquido		27.363.838	21.000.080
Capital Social		24.275.482	18.682.247
De Domiciliados no País		24.324.202	18.693.956
(Capital a Realizar)		(48.720)	(11.709)
Reserva de Lucros		2.659.696	2.060.104
Sobras/Perdas Acumuladas		428.660	257.729
TOTAL		142.862.512	117.502.786

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vanderval José Ribeiro
Presidente

Carlos Ferreira de Melo
Contador CRC 016013

Wilson Martins de Oliveira
Vice Presidente

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

DSP	Notas	2o Sem	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.058.622,71	13.485.268,63	9.901.634,34
Operações de Crédito	19	7.010.357,75	13.416.032,34	9.901.634,34
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		48.264,96	69.236,29	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-	-
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.693.905,33)	(6.613.042,96)	(5.816.646,44)
Operações de Captação no Mercado		(1.471.280,83)	(2.898.133,22)	(4.600.271,57)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(749.519,50)	(1.251.623,65)	(693.366,60)
Resultado de Operações de Câmbio		-	-	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.473.105,00)	(2.463.286,09)	(523.008,27)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.364.717,38	6.872.225,67	4.084.987,90
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(2.640.698,35)	(4.352.793,45)	(1.385.647,35)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	20	809.167,25	1.480.606,86	945.010,81
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	21	832.203,32	1.510.183,45	997.394,90
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	22	(2.826.865,36)	(5.431.351,36)	(4.257.783,02)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	23	(2.733.118,25)	(5.164.974,67)	(4.428.054,67)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(50.628,54)	(98.278,90)	(70.397,02)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		-	-	-
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	24	173.443,77	991.315,88	796.724,25
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.563.148,35	2.994.390,01	5.066.631,11
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	25	(408.048,89)	(634.684,72)	(435.173,71)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL		724.019,03	2.519.432,22	2.699.340,55
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		14.553,08	16.642,69	8.745,14
Receitas Não Operacionais		24.325,00	39.325,00	14.767,07
Despesas Não Operacionais		(9.771,92)	(22.682,31)	(6.021,93)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		738.572,11	2.536.074,91	2.708.085,69
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(84.285,53)	(153.786,38)	(91.837,00)
Provisão para Imposto de Renda		(45.312,82)	(81.822,62)	(44.955,80)
Provisão para Contribuição Social		(38.972,71)	(71.963,76)	(46.881,20)
Ativo Fiscal Diferido		-	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		-	-	-
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		654.286,58	2.382.288,53	2.616.248,69
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(1.192.704,94)	(1.192.704,94)	(1.661.381,46)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		(538.418,00)	1.189.583,59	954.867,23

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vanderval José Ribeiro
Presidente

Wilson Martins de Oliveira
Vice Presidente

Carlos Ferreira de Melo
Contador CRC 016013

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Eventos	Capital		Reserva de Capital	Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar		Legal	Estatutárias		
Saldo em 31/12/2016	16.243.034,99	(9.677,74)		1.534.996,68	191.242,57	143.431,93	18.103.028,43
Ajustes de Exercícios Anteriores							-
Destinação de Sobras Exercício Anterior:							
Ao FATES						67.252,91	67.252,91
Outras Distribuições						(191.242,57)	(191.242,57)
Constituição de Reservas					(191.242,57)	191.242,57	
Em Conta Corrente do Associado							-
Ao Capital	143.431,93					(143.431,93)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados							-
Movimentação de Capital:							-
Por Subscrição/Realização	2.062.226,33	(2.030,93)					2.060.195,40
Por Devolução (-)	(1.522.571,00)						(1.522.571,00)
Estorno de Capital							-
Por Incorporações	191.242,57						191.242,57
Reversões de Reservas				9.650,28		(9.650,28)	-
Sobras ou Perdas Líquidas						2.616.248,69	2.616.248,69
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(1.661.381,46)	(1.661.381,46)
Subscrição do Juros ao Capital	1.498.383,98						1.498.383,98
IRRF sobre Juros ao Capital	78.207,02						78.207,02
FATES - Atos Não Cooperativos						(153.374,36)	(153.374,36)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							-
. Fundo de Reserva				257.728,65		(257.728,65)	-
. F A T E S						(85.909,55)	(85.909,55)
Por Incorporações					257.728,65	(257.728,65)	-
Saldos em 31/12/2017	18.693.955,82	(11.708,67)	-	1.802.375,61	257.728,65	257.728,65	21.000.080,06
Ajustes de Exercícios Anteriores							-
Destinação de Sobras Exercício Anterior:							
Ao FATES						239.283,91	239.283,91
Outras Destinações						(257.728,65)	(257.728,65)
Constituição de Reservas					(257.728,65)	257.728,65	
Em Conta Corrente do Associado							-
Ao Capital	257.728,65					(257.728,65)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados							-
Movimentação de Capital:							-
Por Subscrição/Realização	4.654.152,93	(37.011,56)					4.617.141,37
Por Devolução (-)	(732.069,00)						(732.069,00)
Estorno de Capital							-

Eventos	Capital			Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Capital	Legal	Estatutárias		
Por Incorporações	257.728,65						257.728,65
Reversões de Reservas						-	-
Sobras ou Perdas Líquidas						2.382.288,53	2.382.288,53
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(1.192.704,94)	(1.192.704,94)
Subscrição do Juros ao Capital	1.159.992,79						1.159.992,79
IRRF sobre Juros ao Capital	32.712,15						32.712,15
FATES - Atos Não Cooperativos							-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
. Fundo de Reserva				571.547,00		(571.547,00)	-
. F A T E S						(142.886,75)	(142.886,75)
Por Incorporações					285.773,50	(285.773,50)	-
Saldos em 31/12/2018	24.324.201,99	(48.720,23)	-	2.373.922,61	285.773,50	428.660,25	27.363.838,12
Saldos em 30/06/2018	19.709.352,33	(30.242,91)		1.802.375,61	-	1.728.001,95	23.209.486,98
Ajustes de Exercícios Anteriores							-
Destinação de Sobras Exercício Anterior:							
Ao FATES						239.283,91	239.283,91
Outras Destinações							-
Constituição de Reservas							-
Em Conta Corrente do Associado							-
Ao Capital							-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados							-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	3.734.225,01	(18.477,32)					3.715.747,69
Por Devolução (-)	(312.080,29)						(312.080,29)
Estorno de Capital							-
Por Incorporações							-
Reversões de Reservas							-
Sobras ou Perdas Líquidas						654.286,58	654.286,58
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(1.192.704,94)	(1.192.704,94)
Subscrição do Juros ao Capital	1.159.992,79						1.159.992,79
IRRF sobre Juros ao Capital	32.712,15						32.712,15
FATES - Atos Não Cooperativos							-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
. Fundo de Reserva				571.547,00		(571.547,00)	-
. F A T E S						(142.886,75)	(142.886,75)
Por Incorporações					285.773,50	(285.773,50)	-
Saldos em 31/12/2018	24.324.201,99	(48.720,23)	-	2.373.922,61	285.773,50	428.660,25	27.363.838,12

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vanderval José Ribeiro
Presidente

Carlos Ferreira de Melo
Contador CRC 016013

Wilson Martins de Oliveira
Vice Presidente

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

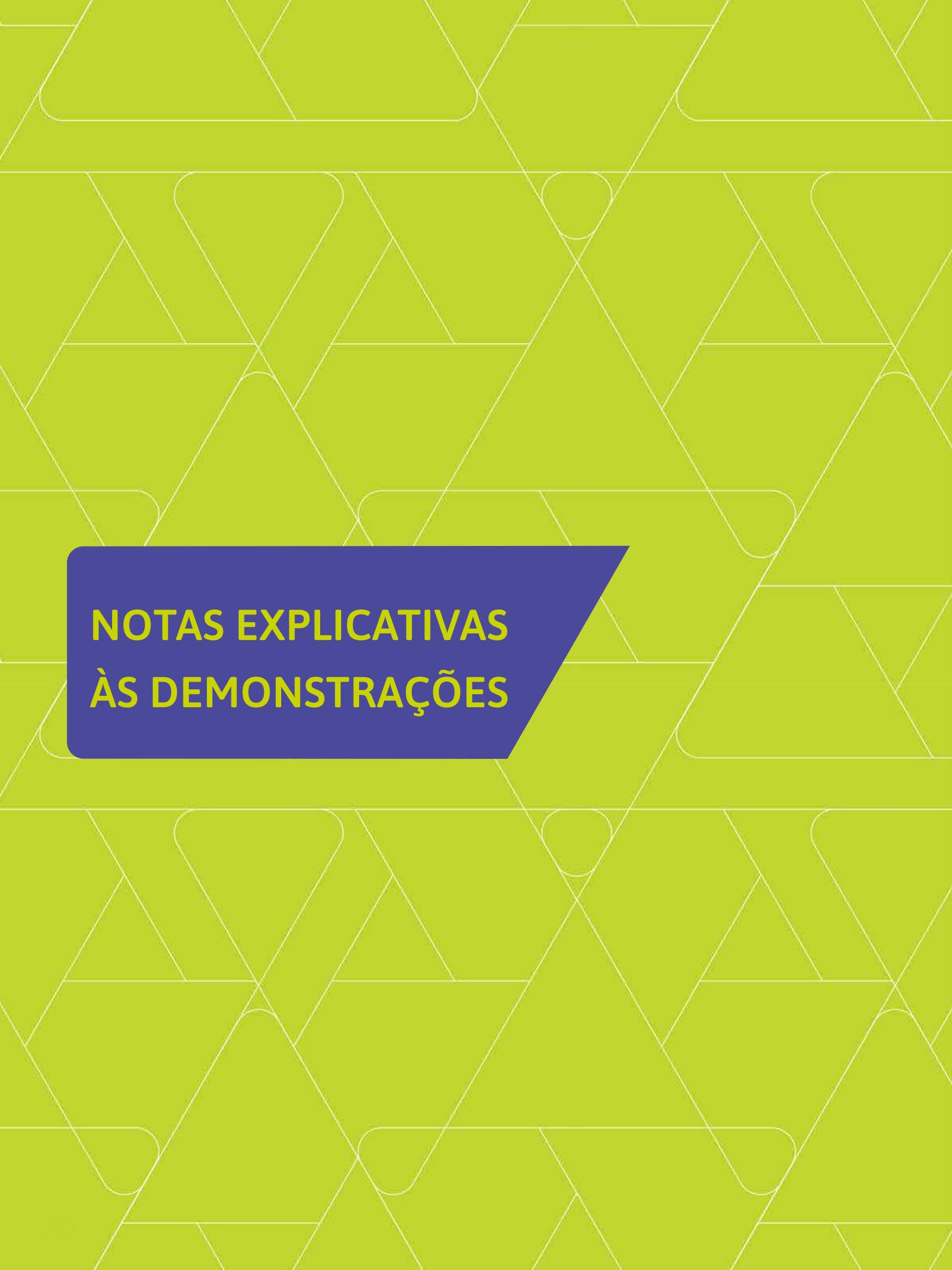
DESCRIÇÃO	2o Sem	31/12/2017	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	738.572	2.536.075	2.708.086
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
IRPJ / CSLL	(84.286)	(153.786)	(91.837)
Participações no Lucro(Sobra)	-	-	-
Provisão para Operações de Crédito	1.473.105	2.463.286	523.008
Provisão de Juros ao Capital	(1.192.705)	(1.192.705)	(1.661.381)
Destinação de Sobras	-	-	-
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	-	-	-
Despesa (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	-
Perdas por baixas de imobilizado em uso	-	-	-
Depreciações e Amortizações	271.919	449.594	350.393
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Relações Interdependências	-	-	-
Operações de Crédito	(17.258.535)	(30.991.578)	(16.016.787)
Outros Créditos	1.802.167	1.573.284	(1.010.223)
Outros Valores e Bens	(104.265)	(70.960)	(58.185)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	5.585.753	5.924.409	8.662.885
Depósitos sob Aviso	423	828	841
Depósitos a Prazo	3.090.657	(1.171.679)	(148.930)
Outros Depósitos	-	-	-
Obrigações por Emissão de LCA	730.420	1.419.853	4.216.358
Outras Obrigações	597.358	201.668	987.863
Relações Interdependências	1.615.000	664.015	(392.000)
Relações Interfinanceiras	6.614.507	11.956.873	4.973.467
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	-
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	3.880.091	(6.390.823)	3.043.559
Atividades de Investimentos			
Alienação de Investimento	-	-	-
Alienação de Imobilizações de Uso	-	-	-
Aplicação no Intangível	(1.963.893)	(1.965.997)	(9.915)
Aplicação no Diferido	-	-	-
Aquisição De Imobilizado de Uso	(941.763)	(1.889.220)	(425.010)
Aquisição de investimentos	(1.859.091)	(2.264.733)	(723.815)
Outros Ajustes	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(4.764.747)	(6.119.951)	(1.158.739)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	3.715.748	4.617.141	2.060.195
Devolução de Capital à Cooperados	(312.080)	(732.069)	(1.522.571)
Estorno de Capital	-	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	239.284	239.284	67.253
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(153.374)
FATES Sobras Exercício	(142.887)	(142.887)	(85.910)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	-	-	-
Subscrição do Juros ao Capital	1.159.993	1.159.993	1.498.384
IRRF sobre Juros ao Capital	32.712	32.712	78.207
Aumento no capital por incorporações	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	4.692.770	5.174.174	1.942.184
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	3.808.113	(7.336.599)	3.827.005
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	48.808.448	59.953.161	56.126.156
No Fim do Período	52.616.561	52.616.561	59.953.161
Variação Líquida das Disponibilidades	3.808.113	(7.336.599)	3.827.005

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vanderval José Ribeiro
Presidente

Wilson Martins de Oliveira
Vice Presidente

Carlos Ferreira de Melo
Contador CRC 016013



**NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES**

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 DE 2018 E 2017

(Valores Expressos em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA - SICOOB DO VALE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **28/09/1993**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB DO VALE** possui **6** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CARMO DO RIO VERDE - GO, PORANGATU - GO, ITABERAÍ - GO, FAINA - GO, ITAPURANGA – GO e JUSSARA - GO.**

O **SICOOB DO VALE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **20/02/2019**.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas

normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou

por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

u) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	3.540.933	1.389.804
Relações interfinanceiras - centralização financeira	49.075.628	58.563.356
TOTAL	52.616.561	59.953.160

4. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro** de **2018** e **2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	49.075.628	58.563.356
TOTAL	49.075.628	58.563.356

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	299.970	0	299.970	250.648
Empréstimos	13.722.447	7.018.804	20.741.251	11.863.044
Títulos Descontados	7.979.015	0	7.979.015	7.104.739
Financiamentos	5.618.966	7.728.666	13.347.633	8.229.564
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	16.979.856	19.030.945	36.010.801	20.611.977
(-) Provisões para Operações de Crédito	-1.938.091	-719.355	-2.657.446	-878.855
TOTAL	42.662.163	33.059.061	75.721.224	47.181.117

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	AD / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	1.315.352	0	0	339.155	1.654.506	0	1.299.665	0
A 0,5% Normal	8.297.642	319.800	3.585.869	19.686.976	31.890.287	-159.451	22.474.459	-112.372
B 1% Normal	8.873.425	1.011.563	5.388.922	11.421.270	26.695.181	-266.952	15.818.227	-158.182
B 1% Vencidas	12.121,72	20.784	0	25.082	57.987	-580	537.338	-5.373
C 3% Normal	5.876.898	1.006.926	3.297.915	2.802.231	12.983.971	-389.519	5.633.856	-169.016
C 3% Vencidas	37.451	101.629	37.505	328.246	504.831	-15.145	570.157	-17.105
D 10% Normal	659.354	239.235	281.844	844.451	2.024.885	-202.488	689.818	-68.982
D 10% Vencidas	8.276	1.648	57.114	0	67.039	-6.704	547.644	-54.764
E 30% Normal	47.213	60.530	152.592	457.378	717.714	-215.314	64.648	-19.394
E 30% Vencidas	80.669	33.709	27.080	0	141.458	-42.437	178.708	-53.612
F 50% Normal	3.331	22.049	25.873	57.960	109.213	-54.607	1.000	-500
F 50% Vencidas	139.768	50.277	25.851	0	215.896	-107.948	18.856	-9.428
G 70% Normal	7.174,04	14.204	0	0	21.378	-14.965	20.614	-14.430
G 70% Vencidas	130.889	30.509	144.089	0	305.487	-213.841	30.953	-21.667
H 100% Normal	242.134	35.970	42.926	48.051	369.082	-369.082	86.499	-86.499
H 100% Vencidas	207.224	132.482	152.159	0	491.865	-491.865	87.529	-87.529
Total Normal	25.322.523	2.710.278	12.775.942	35.657.474	76.466.216	-1.672.378	76.466.216	-1.672.378
Total Vencidos	616.399	371.037	443.799	353.327	1.784.562	-878.519	1.784.562	-878.520
Total Geral	25.938.922	3.081.314	13.219.741	36.010.801	78.250.779	-2.550.898	78.250.779	-2.550.898
Provisões	-1.030.453	-333.452	-581.488	-605.504	-2.550.898		-2.550.898	
Total Líquido	24.908.469	2.747.862	12.638.252	35.405.2974	75.699.881		75.699.881	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	4.374.386	6.567.749	7.017.772	17.959.907
Financiamentos	1.639.495	3.979.472	7.600.774	13.219.741
Financiamentos Rurais	6.576.037	10.403.819	19.030.945	36.010.801
Conta Corrente	3.080.282	0	1.032	3.081.314
TOTAL	15.670.200	20.951.040	33.650.524	70.271.763

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	626.096	3.666.311	638.171	169.384	5.099.962	7%
Setor Privado - Indústria	5.036	63.583	0	0	68.619	0%
Setor Privado - Serviços	1.198.210	14.738.562	2.279.297	172.250	18.388.320	23%
Pessoa Física	1.172.985	12.275.743	4.882.350	35.536.084	53.867.162	69%
Outros	78.988	435.448	179.197	133.083	826.716	1%
TOTAL	3.081.314	31.179.648	7.979.015	36.010.801	78.250.779	100%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	1.299.176	2,00%	1.240.289	3,00%
10 Maiores Devedores	9.900.691	13,00%	8.749.939	18,00%
50 Maiores Devedores	27.926.265	36,00%	21.522.530	45,00%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	2.151.741	1.114.744
Valor das operações transferidas no período	649.298	1.426.087
Valor das operações recuperadas no período	-653.283	-341.774
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	-	-
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-	-47.316
TOTAL	2.147.756	2.151.741

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de **2018**, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 2.819.843 compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a Receber	13.349	10.818
Diversos	594.816	2.170.630
TOTAL	608.165	2.181.448

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos **R\$ 43.430** COFINS sobre Atos Cooperativos **R\$ 172.111**

(b) Demais estão representados pelas rubricas: Adiantamento e Antecipações Salariais **R\$ 90.186** Valores a Receber – Tarifas **R\$ 61.267** e Outros **R\$ 227.822**.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio	57.912	140.822
Material em Estoque	896	0,00
Despesas Antecipadas	187.563	34.588
TOTAL	246.371	175.410

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	4.511.997	2.652.906
Participações inst financ controlada coop crédito	3.671.933	3.266.291
TOTAL	8.183.930	5.919.197

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em Curso		0	29.514
Instalações	10%	1.389.666	656.406
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		-194.764	-115.211
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.010.243	1.291.679
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		-612.440	-488.704
Sistema de Comunicação	20%	108.311	23.139
Sistema de Processamento de Dados	10%	708.917	545.071
Sistema de Segurança	10%	184.602	96.484
Sistema de Transporte	20%	187.493	118.818
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		-467.811	-381.165
TOTAL		3.314.217	1.776.030

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Depósito à Vista	35.563.851		29.639.442	
Depósito Sob Aviso	14.061	1,06	13.234	1,06
Depósito a Prazo	46.578.247	0,47	47.749.925	0,51
TOTAL	82.156.159		77.402.601	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	3.976.147	5,00%	11.600.717	15,00%
10 Maiores Depositantes	22.072.448	27,00%	28.237.144	36,00%
50 Maiores Depositantes	43.710.110	53,00%	49.777.278	64,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-827	-841
Despesas de Depósitos a Prazo	-2.627.695	-4.503.632
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-269.610	-95.798
TOTAL	-2.898.133	-4.600.271

12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	24.954.284	12.009.397
(-) Despesa a apropriar Bancoob	-2.087.168	-1.099.155
TOTAL	22.867.116	10.910.242

a) Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2018	Taxa média	2017	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	-269.610	0,43	-95.798	0,46

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento	1.615.000	951.000
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	30	0
TOTAL	1.615.030	951.000

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

14. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	25.378	13.417
Sociais e Estatutárias	294.217	202.664
Fiscais e Previdenciárias	251.573	257.688
Diversas	2.510.117	2.376.705
TOTAL	3.081.285	2.850.473

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados	142.887	85.910
Resultado de Atos com Não Associados	0	153.374
Sobras à disposição da Assembléia Geral	1.804	1.804
Cotas de Capital a Pagar	292.413	133.607
TOTAL	437.104	239.284

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **10%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	12.781	14.092
Impostos e contribuições a recolher	238.791	243.596
TOTAL	251.572	257.688

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques Administrativos	100	100
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	24.574	-
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	1.012.088	1.023.638
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	570.247	524.896
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 27)	231.659	231.659
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas ©	164.787	66.922
Credores Diversos - País	506.662	529.489
TOTAL	2.510.117	2.376.705

(a) Refere-se ao saldo de conta salário disponível para saque, vinculado à prestação de serviços de pagamento prestados pela cooperativa.

(b) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

(c) Refere-se à contabilização, a partir de 31/07/2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 164.787 (R\$ 66.922 em **31/12/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB DO VALE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2018**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 2.346.502** com recursos SICOOB Cotas Partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	24.275.482	18.682.247
Associados	4.524	3.484

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para aumento do capital social.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **17/03/2018**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de **R\$ 257.729 (Duzentos e Cinquenta e Sete Mil Setecentos e Vinte Nove)**

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	1.189.584	954.867
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	239.284	-95.772
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.428.868	859.096
Destinações estatutárias	-1.000.207	-601.367
Fundo de reserva - 40% (2018) e 30% (2017)	571.547	257.729
Fundo de aumento de capital - 20% (2018) e 30% (2017)	285.774	257.729
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	142.887	85.910

Sobra à disposição da Assembleia Geral	428.660	257.729
--	---------	---------

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	434.265	562.025
Despesas específicas de atos não cooperativos	-214.562	-254.530
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	17.325	14.767
Resultado operacional	237.028	322.262
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	-238.657	-159.237
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-1.629	163.025

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Rendas De Prestação De Serviços	2.990.790	1.942.406
Recuperação de Encargos e Despesas	0	340
Ingressos De Depósitos Intercooperativos	2.994.390	5.066.631
Reversão De Provisão Para Garantias Prestadas	1.430	0
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	104.753	57.217
Crédito Receita Sipag - Antecipação	190.990	53.218
Rendas Intercâmbio - Cartão De Crédito	0	2.620
Rendas Intercâmbio - Cartão De Débito	0	1.936
Dividendos	405.623	378.261
Distribuição De Sobras Da Central	176.932	57.725
Outras Rendas Operacionais	111.588	245.408
TOTAL	6.976.496	7.805.761

19.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	565.975	577.089
Rendas de Empréstimos	5.373.803	3.620.703
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.716.330	1.895.580
Rendas de Financiamentos	2.159.851	1.710.851
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	0	413.209
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	1.749.371	851.367
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	318.782	109.592

Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	882.135	135.300
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	0	282.997
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	649.783	304.946
Rendas de Créditos Vinculados ao Credito Rural	69.236	0
TOTAL	13.485.269	9.901.634

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de água, energia e gás	-196.260	-159.557
Despesas de aluguéis	-403.739	-229.455
Despesas de comunicações	-190.971	-149.701
Despesas de honorários	-984.843	-809.604
Despesas de manutenção e conservação de bens	-122.766	-227.886
Despesas de material	-120.347	-73.999
Despesas de pessoal - Benefícios	-910.326	-725.161
Despesas de pessoal - encargos sociais	-1.015.005	-885.973
Despesas de pessoal - proventos	-2.428.640	-1.771.715
Despesa de pessoal - treinamento	-72.210	-53.455
Despesas de remuneração de estagiários	-20.328	-11.875
Despesas de processamento de dados	-436.538	-447.498
Despesas de promoções e relações públicas	-118.212	-127.658
Despesas de propaganda e publicidade	-50.611	-46.627
Despesas de publicações	-2.490	-5.550
Despesas de seguros	-70.119	-60.589
Despesas de serviços do sistema financeiro	-747.490	-620.064
Despesas de serviços de terceiros	-186.850	-114.106
Despesas de serviços de vigilância e segurança	-450.465	-409.318
Despesas de serviços técnicos especializados	-174.686	-173.091
Despesas de transporte	-749.005	-517.646
Despesas tributárias	-13.409	-17.270
Despesas de viagem ao exterior	0	-5.215
Despesa de viagem no país	-113.631	-98.907
Outras despesas administrativas	-581.200	-610.793
Despesas de amortização	-98.560	-49.326
Despesas de depreciação	-351.034	-301.067
Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	-32.227	-21.646
Despesas de Contribuição ao Cofins	-45.284	-27.081
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	-7.359	-4.401
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-84.005	-69.067
Despesas de Descontos Concedidos	-21.000	0
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-74.707	-54.438
Contribuições ao Fundo Garantidor de depósitos	-122.239	-112.398
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-1.992	-4.411
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-1.264	-2.907
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	-95.984	-81.854
Outras Despesas Operacionais	-134.200	-73.929
Garantias Financeiras Prestadas	-99.295	-36.170
TOTAL	-11.329.290	-9.191.408

20.1 Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação	-2.898.133	-4.600.272
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-1.251.624	-693.367
Provisões para Operações de Credito	-2.518.492	-523.008
Operações de Credito de Liquidação Duvidosa	55.206	0
TOTAL	-6.613.043	-5.816.646

21. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	22.000	0
Ganhos de Capital	0	14.767
Outras Rendas não Operacionais	17.325	0
(-) Prejuizos em Transações com Valores e Bens	-9.772	0
(-) Perdas de Capital	0	-6.022
(-) Outras Despesas não Operacionais	-12.910	0
Resultado Líquido	16.643	8.745

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2018>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	6.919.158	2,78%	31.749
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	351.839	0,14%	958
TOTAL	7.270.997	2,92%	32.707
Montante das Operações Passivas	3.873.958	6,11%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em <2018>:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	31.487	5.767	3%
Crédito Rural	2.341.559	109.184	7%

Empréstimo	421.953	26.482	2%
Financiamento	402.538	68.907	3%
Títulos Descontados	200.138.45	16.610	3%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.306.138	3,68%	0%
Depósitos a Prazo	3.418.851	6,55%	0,46%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	1,94%
Empréstimos	1,9%
Financiamento	1,58%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	94,74%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,04%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	1,19%
Credito Rural (modalidades)	0,66%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	26.633.516
Empréstimos e Financiamentos	1.521.572

e) No exercício de <2018> os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	-51.685
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-933.157
Encargos Sociais	-209.373
Plano de Saúde	-6.612

23. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA - SICOOB DO VALE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização

em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB DO VALE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de

ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
INDICE DE BASILEIA	19,07%	29,42%

27. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	231.659	172.111	231.659	172.111
Outros	0	43.430	0	43.430
TOTAL	231.659	215.541	231.659	215.541

a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial

questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período, sendo que os valores equivalentes estão sendo questionada, através de mandado de segurança. Em 25 de novembro de 2005 o Tribunal Regional Federal – TRF 1ª região reconheceu a inconstitucionalidade da revogação do PIS e da COFINS, concedida às sociedades cooperativas. A medida beneficia as cooperativas de crédito impetrantes do Mandado de Segurança ajuizado em 2000. Segundo Assessoria Jurídica do Sicoob Goiás Central, a Receita Federal recorreu da decisão, e ainda aguarda-se o resultado do recurso.

b) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB DO VALE**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo. São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

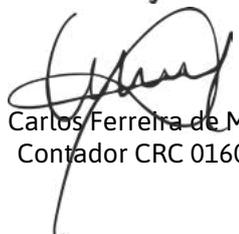
Esta cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Processo	Competência	Valor ação	Perda	Provisão
0319029.20.2014.8.09.0139	CÍVEL	14.900,00	POSSÍVEL	-
5244520.91.2018.8.09.0139	CÍVEL	18.200,00	POSSÍVEL	-

RUBIATABA-GO, 31 de dezembro de 2018



Vandervel José Ribeiro
Presidente



Carlos Ferreira de Melo
Contador CRC 016013



Wilson Martins de Oliveira
Vice Presidente



Ana Claudia Candida Ferreira de Castro
Diretora de Suporte Organizacional

**RELATÓRIO DA AUDITORIA
EXTERNA E
PARECER DO
CONSELHO FISCAL**

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rubiataba e Região Ltda. – Sicoob do Vale
Rubiataba/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rubiataba e Região Ltda. – Sicoob do Vale, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob do Vale em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob do Vale é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Prestação de Contas da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Prestação de Contas da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Prestação de Contas da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 18 de março de 2019.



A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Nestor Ferreira Campos Filho', is written over a faint, larger version of the signature.

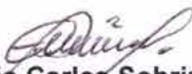
Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

PARACER DO CONSELHO FISCAL

1 - Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rubiataba e Região e no exercício de nossas atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixas, Notas Explicativas, e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis; documentos estes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2 - Com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Confederação Nacional de Auditoria cooperativa - CNAC – emitido em 18 março de 2019 , declaramos que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes nas demonstrações financeiras examinadas, a posição patrimonial e financeira do SICOOB DO VALE, motivo pelo qual somos favoráveis pela sua aprovação .

Atenciosamente


Antônio Carlos Sobrinho
Conselheiro Fiscal Efetivo


Néilson Rogério dos Reis
Conselheiro Fiscal Efetivo


Walmir Gonçalves
Conselheiro Fiscal Efetivo
Coordenador

